

BOLETIM 2025



Nº 451 - OUTUBRO, 27º ANO

ESAP@PGE.PA.GOV.BR | (91) 3344 - 2771
R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos, Belém/PA.

PGE/PA PROMOVE RODA DE CONVERSA EM ALUSÃO AO OUTUBRO ROSA

Relatos inspiradores de mulheres sobreviventes e orientação psicológica marcaram o encontro dedicado à conscientização e ao cuidado integral.



EDITORIAL

Olá!

A Escola Superior de Advocacia Pública da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (ESAP-PGE/PA) inaugurou sua programação mensal de outubro no dia 03, com a oficina "Pegada de Carbono". Sob a condução da palestrante Soraya Pires Costa, o evento, realizado no Auditório Olyntho Contente, no formato híbrido, proporcionou aos presentes orientações sobre a redução do consumo de recursos e o desenvolvimento da técnica de compostagem caseira. A transmissão pode ser acessada por meio deste [link](#).



Nos dias 15, 16 e 17 de outubro, no horário das 9h às 16h, foi realizada a entrega dos kits aos atletas inscritos na Corrida e Caminhada da PGE, no auditório da PGE. O material era entregue mediante a doação de 2kg de alimentos não perecíveis.



No dia 19 de outubro, às 6h, foi realizada a "Corrida e Caminhada da PGE". A partida ocorreu na Praça Batista Campos, com percursos de 3 km e 7 km, com participação de servidores da casa e público externo. Os mais profundos agradecimentos aos nossos apoiadores: ACONJUR, APAFEP, Governo do Estado do Pará, APEPA e ASPGE. A parceria foi crucial para a concretização deste momento dedicado à saúde, ao bem-estar e à confraternização de todos.

BOLETIM 2025



Em 29 de outubro ocorreu a roda de conversa "Enfrentar e Vencer: do Medo à Esperança", com participação da servidora Nicolly Damasceno, da Procuradora do Estado Lilian Haber, da empreendedora Ludmilla Soares e da psicóloga Anne Castro, que trocaram relatos sobre o enfrentamento do câncer, conduzindo um diálogo emocionante e sensível sobre as angústias e os desafios da doença, e proporcionando aos presentes uma manhã de conhecimento, reflexão, gratidão e esperança. [Clique aqui](#) para conferir como foi.



No dia 30 de outubro, das 9h às 12h, foi realizada a oficina "Elaboração de Ementas de Pareceres Jurídicos", ministrada pelo Prof. Dr. Lucivaldo Barros. O evento contemplou uma abordagem abrangente do tema, iniciando pelos conceitos fundamentais — como a definição, o objetivo, a importância da padronização e o campo de aplicação das ementas —, seguida de breves anotações sobre a estrutura do parecer em si e outros tipos de documentos. Em um segundo momento, aprofundou-se na caracterização da ementa de parecer, detalhando suas partes constituintes, bem como a utilização de ementários, bases de dados e vocabulário controlado. Por fim, foram apresentadas diretrizes e metodologias, que incluíram modelos e casos concretos de ementas, uma introdução à aplicação da Inteligência Artificial em sua elaboração e uma sessão dedicada à prática. A transmissão pode ser acessada por meio deste [link](#).

No dia 31 de outubro, às 9h, a palestrante Soraya Pires Costa conduziu a oficina "Cadeias Produtivas da Economia Verde". O evento consistiu na apresentação dos conceitos, princípios e oportunidades inerentes à economia verde, com ênfase na identificação,



estrutura e funcionamento das principais cadeias produtivas sustentáveis. Foram analisados casos concretos e tendências em setores como energias renováveis, bioeconomia, agricultura sustentável, manejo florestal e reciclagem. Ademais, promoveu-se uma discussão acerca de políticas públicas, inovação tecnológica e modelos de negócio orientados à geração de valor econômico, conjugada com a preservação ambiental e a inclusão social. A transmissão pode ser acessada por meio deste [link](#).

No âmbito da Legislação Federal é relevante salientar o Decreto nº 12.652, de 7 de outubro, que estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. Assim como o Decreto nº 12.689, de 21 de outubro, que altera o Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, para regulamentar o disposto no art. 176, § 4º, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que trata sobre identificação da área do imóvel rural.



Importante ainda mencionar a Lei nº 15.231, de 6 de outubro, que altera as Leis nºs 13.819, de 26 de abril de 2019, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a notificação ao Conselho Tutelar, pelos estabelecimentos de ensino, dos casos de violência neles ocorridos, especialmente automutilação e suicídio.

No panorama do ordenamento jurídico estadual paraense é imperioso registrar dois instrumentos. O Decreto nº 4.980, de 21 de outubro, estabelece ponto facultativo no dia 27 de outubro, antecipando as comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público. Paralelamente, a Instrução Normativa nº 02/2025/CGE/PA reforça o combate à improbidade administrativa ao regulamentar a coleta de dados no Sistema de Registro de Bens de Agentes Públicos (SISPATRI), conferindo maior efetividade à Lei Federal 8.429/92 (Lei de Improbidade) e assegurando um controle mais rígido e transparente sobre a declaração patrimonial dos servidores.

Além disso, cabe acrescentar a implementação da Portaria Conjunta nº 16/2025-PGE/SEPLAD, que determina a criação de um Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar minuta de ato normativo para regulamentar procedimentos do Programa Estrutura Pará. O GT, composto por representantes da Procuradoria-Geral do Estado e da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, foi estabelecido

sob a presidência do Procurador do Estado Marcus Vinícius Nery Lobato, com um prazo de atuação de 30 dias úteis, prorrogável por igual período, sem implicação de aumento de despesa.

Cumpre ainda destacar, no âmbito da legislação interna da PGE/PA, a Portaria nº 815/2025 PGE.G, de 17 de outubro, que estabelece orientações específicas sobre o expediente interno durante o período de realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30). A medida reflete a adaptação da rotina de trabalho do órgão às demandas logísticas e de segurança inerentes a um evento de dimensão internacional.

Complementarmente, a Resolução nº 246/2025-CSPGE, de 01 de outubro, promoveu alterações em dispositivos da Resolução nº 227, de 20 de outubro de 2021, que disciplina o Prêmio “Pedro Raimundo Maia Miléo”. A modificação indica um refinamento contínuo dos critérios ou do funcionamento deste instrumento de reconhecimento interno.

Agradecemos as doações recebidas no mês de outubro: Revista de Informação Legislativa, volume 62, [número 247](#), julho/setembro 2025 e Revista Bonijuris, volume 37, [número 696](#), outubro/novembro 2025.

Boa leitura!



SUMÁRIO

1 EDITORIAL	1
2 CALENDÁRIO DE EVENTOS	6
2.1 EVENTOS INTERNOS	6
2.2 EVENTOS EXTERNOS	6
3 DOUTRINAS EM DESTAQUE	7
3.1 CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	7
3.2 FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO	7
3.3 DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO	8
3.4 CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	8
3.5 TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	9
4 EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO	10
5 ALERTA JURIS	11
6 BIBLIOTECAS DIGITAIS	12

CALENDÁRIO DE EVENTOS

EVENTOS INTERNOS

EVENTO	FORMATO	DATA	ORGANIZADOR
CORAL DA PGE- ENSAIO	PRESENCIAL	04, 11, 18 E 25/11/2025	ESAP
MEDITAÇÃO	PRESENCIAL	06, 13 E 27/11/2025	ESAP
WORKSHOP: AUTOMAQUIAGEM DE OLHOS PARA A NOITE	PRESENCIAL	28/11/2025	ESAP

EVENTOS EXTERNOS

EVENTO	FORMATO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
AUDITORIA GOVERNAMENTAL, CONTROLES INTERNO E EXTERNO, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS	PRESENCIAL	02 A 05/12/2025	ESAFI	ACESSE AQUI
CURSO AVANÇADO: PARECER JURÍDICO E O USO DA IA INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA	HÍBRIDO	03 A 05/12/2025	INOVE	ACESSE AQUI
CURSO REFORMA TRIBUTÁRIA E OS IMPACTOS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	ONLINE	08 A 12/12/2025	JML	ACESSE AQUI
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL-TEORIA E PRÁTICA	HÍBRIDO	08 A 10/04/2026	JML	ACESSE AQUI

DOUTRINAS EM DESTAQUE

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O DIREITO DE ESQUECIMENTO SOB UM FALSO CONFLITO

Danilo Tartarini Sanches

O EFEITO PLACEBO DOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

Alexandre Oliveira

ARBITRAGEM, SANEAMENTO BÁSICO E DEFESA DA REGULAÇÃO_ UMA ANÁLISE DO CASO DAS AGÊNCIAS INFRACIONAIS

Gustavo Justino de Oliveira, Carlos Roberto de Oliveira e Thalita Hage

INOVAÇÃO DIGITAL E TECNOLÓGICA NOS PAGAMENTOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA_ UMA PROPOSTA PARA SUA VIABILIDADE E ADOÇÃO

Pedro Luiz Ferreira de Almeida e Alexandre magno Antunes de Souza

FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

ASPECTOS ECONÔMICOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – AS CONSEQUÊNCIAS IMPORTAM

Raphael Boechat, Heloisa de Carvalho Feitosa Valadares

DÍVIDA PÚBLICA DOS ENTES SUBNACIONAIS UM PROBLEMA ESTRUTURAL DO FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO

Luis Gustavo Faria Guimarães

DÍVIDA PÚBLICA E REGRAS FISCAIS EM PERSPECTIVA

Weder de Oliveira

O PATRIOTISMO ECONÔMICO

Jacques Chevallier

DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

A FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS CONTRATOS ANÁLISE SOBRE OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO BRASIL E OS CONTRATOS PÚBLICOS EM PORTUGAL

Vitória Anastácio, Stéfane Rabelo

COP 30 EM BELÉM PA DESCONEXÃO ENTRE DISCURSO CLIMÁTICO E PRÁTICAS URBANAS GOVERNAMENTAIS

Bruno Soeiro Vieira, Ana Manoela Piedade Pinheiro, Jorge Adriano da Silva Borges, Asafe Lucas Correa Miranda

DIREITO À CIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS DESAFIOS PARA O DIREITO URBANÍSTICO

Adriana Nogueira Vieira Lima, Luana Xavier Pinto Coelho, Luly Rodrigues da Cunha Fischer

MORTE OU RESSURREIÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL?

Georges Louis Hage Humbert

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

AÇÃO CIVIL PÚBLICA E A TUTELA COLETIVA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE - DESAFIOS DE PERSPECTIVAS NA PROTEÇÃO CONTRA VAZAMENTO MASSIVOS DE DADOS PESSOAIS

Joaquim Pedro de Oliveira Volante, Rodrigo Valente Giublin Teixeira, Lucas Augusto Gaioski Pagani

INTERRUPÇÃO AUTOMÁTICA DOS EFEITOS DA COISA JULGADA - ESTUDO DOS TEMAS 881 E 885 DA REPERCUSSÃO GERAL

Daniel Roberto Hertel, Kézia Pereira Santana Damascena

PETIÇÃO DE HERANÇA E A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA

Leonardo Estevam de Assis Zanini, Odete Novais Carneiro Queiroz

UMA ANÁLISE DA TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS

Bárbara Heck Konig, Liliane Maria Busato Batista

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

A QUESTÃO DA ADOÇÃO ENQUANTO CAUSA DE PERDA DA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO DE PENSÃO NO RPPS.PA – UMA ANÁLISE CRÍTICA

Milene Cardoso Ferreira, Simone Lobão Moreira

ADI N° 2.110 E A IN N° 188 2025 – UM NOVO MARCO PARA O SALÁRIO-MATERNIDADE NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Jane Lúcia Wilhelm Berwanger, Jane Lúcia Wilhelm Berwanger

IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTRATO DE TRABALHO E NA SEGURIDADE SOCIAL

Glauco Bresciani Silva, Túlio Augusto Tayano Afonso

OS LIMITES DA VALORAÇÃO DA PROVA NAS LIDES PREVIDENCIÁRIAS – UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Victor Roberto Corrêa de Souza, Mariana Nunes de Oliveira

EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - OUTUBRO 2025

EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO NACIONAL OUTUBRO 2025	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL OUTUBRO 2025	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO PGE/PA OUTUBRO 2025	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES OUTUBRO 2025	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>

ALERTA JURIS



PARA ACESSAR O ALERTA, CLIQUE AQUI:

ALERTA JURIS N° [36/2025](#)

ALERTA JURIS N° [37/2025](#)

ALERTA JURIS N° [38/2025](#)

ALERTA JURIS N° [39/2025](#)

BIBLIOTECAS DIGITAIS

PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO

- Periódicos; Livros Eletrônicos



REVISTAS DOS TRIBUNAIS ONLINE

- Periódicos; Doutrinas; Jurisprudências



LEX EDITORA

- Periódicos; Legislações; Doutrinas e Jurisprudências



ZÊNITE



Expediente:

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

Apoio:

Ana Margarida Vianna, Luciano Júnior Silva da Silva, Gustavo Lima da Silva, Louise Letícia Wanzeler, Isadora Maria de Abreu Oliveira, Gabryelly dos Santos Braga e Edvan de Souza Silva.

Fechamento desta edição: 31/10/2025.

